

RELATÓRIO E CONTAS

2017

Conselho de Administração

Montepio Geral Assoc. Mutualista
Presidente
representada por
Miguel Alexandre Teixeira Coelho

Mário José de Matos Valadas

Norberto da Cunha Félix Pilar

José Luís Esparteiro da Silva Leitão

José António Fonseca Gonçalves

Assembleia Geral

Eduardo José da Silva Farinha
Presidente

António Pedro Sá Alves Sameiro
Vice-Presidente

Rui Pedro Bras Matos Heitor
Secretário

Conselho Fiscal

António Dias Sequeira
Presidente

Rui Manuel Sainhas de Oliveira
Vogal

Pedro Alexandre da Rosa Corte Real
Vogal

Armindo Marques Matias
Suplente

ROC

KPMG & Associados, SROC, representada
pelo Hugo Jorge Gonçalves Cláudio, ROC.
(n.º 1597)
ROC Efetivo

Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC
nº 1233)
ROC Suplente

Direção

Miguel Nuno P. de Chatillon Carreira Luís
Rui Miguel Alves E. de Sousa de Nápoles
Vitor Manuel Lopes Saraiva

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

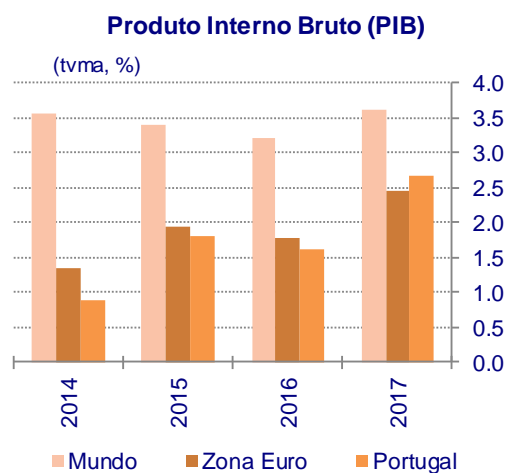
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetem-se à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e os Documentos de Prestação de Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1 - ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

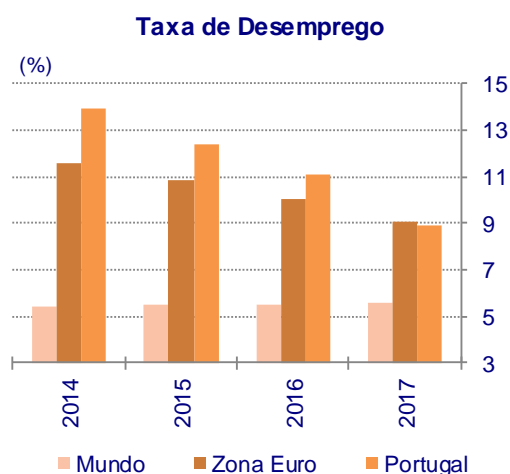
1.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

De acordo com as estimativas do FMI de janeiro de 2018 a economia mundial deve ter crescido 3,7% em 2017, 0,1 pontos percentuais (p.p.) acima das anteriores projeções realizadas em outubro de 2017, e representando uma aceleração de 0,5 p.p. em relação ao crescimento observado em 2016. O FMI reviu também em alta, em 0,2 p.p., o crescimento de 2018 e 2019, para 3,9%, nos dois anos. Todavia, advertiu que os líderes políticos devem manter-se conscientes de que o atual impulso económico reflete uma confluência de fatores que é improvável que se mantenha por muito tempo. A crise financeira global pode parecer que foi deixada para trás, mas sem uma ação imediata para atacar as restrições estruturais do crescimento, torná-lo mais inclusivo e criar amortecedores de política e resiliência, a próxima recessão chegará mais cedo e será mais difícil de combater.

A melhoria das projeções reflete a expectativa de que as condições financeiras favoráveis a nível global vão ajudar a manter a recente aceleração da procura, especialmente no investimento, com um impacto notável no crescimento das economias com grandes exportações. No entanto, cerca de metade da revisão cumulativa no crescimento global em 2018 e 2019 é justificada pelas alterações nas regras e nos estímulos fiscais que o Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, conseguiu, em dezembro, que fossem aprovados no Congresso, e que terão efeitos na maior economia do mundo e também nos seus parceiros comerciais, em especial, no Canadá e México.



Fonte: Thomson Reuters e FMI.



Fonte: Thomson Reuters e International Labour Org. (ILO).

ZONA EURO

A economia da Zona Euro prosseguiu a recuperação ao longo de 2017, registando um crescimento médio anual do PIB de 2,5% (+2,3%, de acordo com os dados não ajustados de sazonalidade e de dias úteis do Eurostat), superior ao observado no ano anterior (+1,8%), num ano que ficou marcado pelo registo de crescimentos em cadeia do PIB relativamente elevados ao longo dos quatro trimestres (entre +0,6% e +0,7%), acima da média histórica (+0,3% entre 1999 e 2016 e +0,5% entre 1971 e 2016). Refletindo a gradual recuperação da economia, a taxa de desemprego prosseguiu a tendência de melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 9,7% em dezembro de 2016 para 8,6% em dezembro de 2017, o valor mais baixo desde dezembro de 2008 (8,3%).

A taxa de inflação, medida pela variação homóloga do IHPC, evidenciou um comportamento pouco monótono ao longo de 2017, apresentando um valor médio anual de 1,5% em 2017 (+0,2% em 2016), tendo oscilado entre os registos de junho e julho de 2017 (+1,3%, um mínimo desde dezembro de 2016: +1,1%) e o registo de fevereiro de 2017 (+2,0%; um máximo desde janeiro de 2013), permanecendo abaixo do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE) de 2,0% (a exceção foi fevereiro, quando o igualou). Com os objetivos de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo, de dinamizar os fluxos de crédito à economia real e, dessa forma, estimular a economia, o BCE manteve uma política altamente expansionista, tendo-a inclusive reforçado, não alterando a política monetária convencional. Ao longo do ano de 2017 o BCE manteve as suas taxas de referência: a taxa de juro das operações principais de refinanciamento – *refi rate* – nos 0,00% e as taxas de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósitos em 0,25% e -0,40% respetivamente, ao mesmo tempo que anunciou, em 26 de outubro de 2017, o segundo prolongamento do programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – APP) até, pelo menos, setembro de 2018, com o ritmo médio de compras mensais de ativos a manter-se nos 60 mil milhões de euros (mM€) até ao final de dezembro de 2017 (anterior período de vigência), mas a ser reduzido, para 30 mM€, entre janeiro e setembro de 2018.

Estimativas e Previsões Económicas para Portugal e para a Zona Euro

(unidade: %)

	2017						2018				2019			
	Portugal			Zona Euro			Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	Efe.	BdP	CE	Efe.	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
PIB	2.7	2.6	2.7	2.5	2.5	2.4	2.3	2.2	2.4	2.3	1.9	1.9	1.9	2.0
Consumo Privado	2.2	2.2	1.9	1.8	1.9	1.8	2.1	1.6	1.7	1.7	1.8	1.6	1.7	1.5
Consumo Público	0.1	0.1	0.4	1.1	1.2	1.2	0.6	0.5	1.2	1.6	0.4	0.5	1.2	1.4
Investimento (FBCF)	9.0	8.3	8.1	3.1	3.7	3.9	6.1	5.3	4.4	3.9	5.9	4.9	3.4	3.3
Exportações	7.9	7.7	8.0	5.2	5.2	4.5	6.5	7.3	5.3	4.4	5.0	4.9	4.1	4.2
Importações	7.9	7.5	8.0	4.2	4.6	4.7	6.7	7.2	5.1	4.7	5.5	5.2	4.5	4.4
Inflação	1.6	1.6	1.6	1.5	1.5	1.5	1.5	1.6	1.4	1.5	1.4	1.5	1.4	1.6
Taxa de Desemprego	8.9	8.9	9.2	9.1	9.1	9.1	7.8	8.3	8.3	8.5	6.7	7.6	7.7	7.9

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 15 de dezembro de 2017; Comissão Europeia (CE), 9 de novembro de 2017 (excepto no caso do PIB e da inflação, que respeitam à previsões intermédias de 7 de fevereiro de 2018) e Banco Central Europeu (BCE), 8 de março de 2018.

Notas: "Efe." corresponde aos dados efectivos já divulgados para 2016; a inflação é medida pela variação homóloga do IPCH.

PORTUGAL

Após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014 (+0,9%), tendo nos anos seguintes dado continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,8% em 2015, 1,6% em 2016, e tendo acelerado fortemente no ano de 2017, para 2,7%, ligeiramente acima dos 2,6% previstos pelo Governo no Orçamento de Estado para 2018 (OE 2018) e representando o maior ritmo de crescimento desde 2000 (+3,8%). O crescimento da economia em 2017 refletiu apenas o contributo da procura interna, que apresentou um contributo positivo de 2,9 p.p., com a aceleração deste contributo (+1,6 p.p. em 2016) a refletir, essencialmente, a forte aceleração do investimento, mas também do consumo privado. Assim, o consumo privado expandiu 2,2%, em aceleração (+2,1% em 2016), e o consumo público 0,1% (+0,6% em 2016), ao passo que o investimento em capital fixo (FBCF – formação bruta de capital fixo) subiu 9,0%, em forte aceleração face ao crescimento de 1,5% observado em 2016, e a variação de existências teve um contributo negativo de 0,1 p.p., depois de já ter apresentado um contributo negativo de 0,1 p.p. em 2016. Já as exportações líquidas apresentaram, como referido, um contributo negativo, de 0,2 p.p., penalizando o

crescimento pelo 4.º ano consecutivo (apesar de, em 2016, de uma forma meramente marginal: -0,01 p.p.), com este contributo negativo das exportações líquidas em 2017 a refletir acréscimos de 7,9% das exportações (+4,4% em 2016) e de 7,9% das importações (+4,2% em 2016). Note-se que, não obstante as exportações líquidas em 2017 terem voltado a penalizar o crescimento, a recuperação económica tem continuado a ser sustentada pelas exportações, que terminaram o ano de 2017 47,7% acima dos níveis pré-programa de ajustamento (2010). Para 2018, perspetiva-se um novo crescimento da atividade económica, mas em desaceleração, para 2,3%, ligeiramente acima dos 2,2% constantes do OE 2018.

O processo de ajustamento orçamental continuou ao longo de 2017. Assim, depois do défice orçamental de 2,0% do PIB observado em 2016, em diminuição face ao défice de 4,4% registado em 2015 – uma redução que beneficiou de alguns efeitos extraordinários, como o encaixe com o programa de regularização de dívidas (PERES), a devolução de margens do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e a não entrega à Grécia de lucros do BCE com o resgate –, estimamos uma nova redução do défice orçamental em 2017, para 1,2% do PIB, não se colocando de parte a possibilidade de o défice poder ter ficado ainda abaixo desse valor, representando o défice mais baixo de toda a história democrática de Portugal, dado que o anterior défice mais baixo foi, de acordo com séries anuais mais longas, em 1974, de -1,0% do PIB.

A taxa de poupança, considerando a média móvel de quatro trimestres, registou uma descida no 1.º trimestre de 2017, dos 5,7% observados no final de 2016 para 5,2%, tendo depois subido para 5,4% no 2.º trimestre de 2017, mas voltado a diminuir no 3.º trimestre de 2017, para 4,4%.

Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego diminuiu de 11,1% em 2016 para 8,9% em 2017, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%), perspetivando-se uma nova queda em 2018, para 7,8%, em ambos os casos, valores abaixo dos constantes no OE 2018 (9,2% e 8,6%, respetivamente).

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 1,4% em 2017, acelerando ligeiramente face aos 0,6% observados em 2016 (+0,5% em 2015 e -0,3% em 2014), tendo a inflação *core* (que exclui os preços da energia, alimentação e tabaco) se situado em 1,1% em 2017 (+0,7% em 2016).

De realçar que o ano de 2017, em Portugal, ficou marcado por uma forte diminuição do risco do país, patente na redução do *spread* da dívida portuguesa a 10 anos face à dívida alemã. Para esta evolução contribuiu o fluxo de notícias favoráveis que foram sendo conhecidas, com a recuperação da atividade económica e do mercado laboral a revelarem-se superiores às anteriormente antecipadas, traçando melhores perspetivas para o cumprimento das metas orçamentais, que também foram superadas. A contribuir para esta redução do *spread* estiveram também a saída do país do Procedimento por Défices Excessivos (PDE) e as subidas do *rating* soberano para o primeiro nível de investimento com perspetiva favorável, em 15 de setembro de 2017, efetuada por parte da agência Standard & Poor's, e para dois níveis acima de "junk", por parte da Fitch, mantendo a perspetiva positiva, em 15 de dezembro de 2017.

1.2. MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2017 foi marcado por uma evolução do sentimento de mercado positiva, essencialmente suportada pelos dados positivos ao nível do crescimento económico das principais economias mundiais e pela melhoria das perspetivas para 2018/19.

A suportar o sentimento de mercado ao longo de 2017 estiveram, designadamente: i) a derrota da extrema-direita nas legislativas holandesas e nas presidenciais francesas (e com o movimento partidário de Emmanuel Macron a conseguir uma maioria absoluta parlamentar) e da manutenção da estabilidade política na Alemanha; ii) o desenrolar positivo das épocas trimestrais de resultados das empresas dos EUA (a maioria das empresas apresentou resultados acima do previsto, numa dimensão superior à mediana do atual período de expansão); iii) a inclusão das ações chinesas nos índices globais da MSCI; iv) a aceleração do crescimento do PIB da China em 2017, quando inicialmente era esperado um abrandamento; v) os resultados positivos da 1.ª e da 2.ª fases dos *stress tests* aos bancos americanos; vi) as revisões em alta para o crescimento económico mundial no período 2017/19 efetuadas pelo FMI ao longo do último ano; vii) a ligeira revisão, em alta, das perspetivas da Fed para a economia dos EUA no horizonte 2017/19 e em baixa para a taxa de desemprego, que levaram à manutenção do cenário para a evolução das taxas em 2018, com a Fed a continuar a apontar para três subidas de taxas em 2018, depois das três subidas realizadas em 2017, que é também o nosso cenário; viii) a subida dos preços do petróleo, com impacto positivo nas empresas do setor e nas economias exportadoras de petróleo, suportada pela 2.ª extensão do acordo de

redução da produção até dezembro de 2018; *ix*) a decisão do BCE de prolongar, pela 2.^a vez e, desta feita, até setembro de 2018, o programa de compra de dívida, embora cortando, a partir de janeiro, o ritmo de compras mensais; *x*) o forte impulso nas negociações entre a União Europeia (UE) e o Reino Unido, sendo de destacar a forma decisiva como avançaram ao nível: a) dos direitos dos cidadãos da UE a trabalhar no Reino Unido e vice-versa; b) do acordo financeiro (preço que o Reino Unido terá de pagar para se desvincular da UE (apontando-se para 40 a 45 mM€); e c) da fronteira entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte, que levou à ratificação no Conselho Europeu de 14 e 15 de dezembro da passagem para a 2.^a fase das negociações; *xi*) a promulgação por Donald Trump, em 22 de dezembro, da sua reforma fiscal com a redução da taxa de IRC de 35% para 21% e a redução da taxa mais elevada ao nível do IRS de 39,6% para 37,0%, o que configurou a sua 1.^a grande vitória política.

Já a **penalizar o sentimento do mercado em 2017** estiveram, essencialmente: *i*) os receios de que as subidas nos preços das ações e de outros ativos em alguns mercados (e, em especial, no norte americano) estejam a ser excessivas; *ii*) o corte da S&P ao *rating* da China num nível, de AA- para A+, descendo também a perspectiva de estável para negativa, o que abre a porta a mais descidas do *rating*; *iii*) a incerteza em relação ao Brexit (não obstante os avanços nas negociações Reino Unido/UE anteriormente referidos); *iv*) a instabilidade política no Brasil decorrente sobretudo da corrupção e a imprevisibilidade ao nível das eleições presidenciais deste ano; *v*) os receios de que Trump não consiga implementar a sua política económica, dados os sinais de fragmentação do Partido Republicano em matérias relevantes além da reforma fiscal; *vi*) o recrudescimento do terrorismo um pouco por todo o mundo, com ataques em Barcelona, na Finlândia e no Reino Unido; *vii*) a permanência de um elevado risco geopolítico resultante da tensão entre os EUA e a Rússia e entre os EUA e a Coreia do Norte, que levou à aprovação de mais um pacote de sanções no âmbito da ONU a este país; *viii*) o aumento da tensão no Médio Oriente, depois de o Presidente dos EUA ter reconhecido Jerusalém como capital de Israel e manifestado a intenção de concretizar a mudança da sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém; *ix*) a situação na Catalunha, que provocou inicialmente um forte aumento dos receios e incerteza junto dos investidores, que depois se atenuaram, com a ocorrência de uma série de desenvolvimentos que aumentaram significativamente a probabilidade de a Espanha se manter unida, mas com o ano de 2017 a fechar ainda com alguma incerteza em torno da situação, com os resultados das eleições de 21 de dezembro a ditarem a vitória do partido constitucionalista Cidadãos, mas com os partidos independentistas a manterem a maioria absoluta parlamentar, com a formação liderada pelo ex-Presidente catalão, Carles Puigdemont, a ficar em 2.^o lugar.

Em termos de **movimentos nos mercados financeiros**, no conjunto de 2017, registaram-se maioritariamente subidas nos principais **índices acionistas mundiais**, com alguns deles a baterem máximos históricos – embora nem todos tenham encerrado nesses níveis –, destacando-se as valorizações dos índices dos EUA (Nasdaq +28,2%, S&P 500 +19,4% e Dow Jones +25,1%), dos asiáticos (no Japão o Nikkei 225 subiu +19,1%, o Sensex 30 na Índia +27,9%, o Hang Seng de Hong Kong +36,0% e o chinês Shanghai Composite +6,6%) e da América Latina, com o brasileiro Ibovespa em destaque (+26,9%). Na Europa registaram-se igualmente comportamentos positivos, mas mais moderados, com o Eurostoxx 50 a subir 6,5%, o britânico FTSE 100 a avançar 7,6% (não obstante o *Brexit*), e o PSI-20 a aumentar 15,2%, acompanhando as subidas dos índices de Espanha (IBEX, +7,4%), de França (CAC 40, +9,3%), Alemanha (DAX, +12,5%) e de Itália (FTSE MIB, +13,6%).

As **yields da dívida pública de referência** observaram subidas na Alemanha nos prazos de dois (+14 p.b.) e dez anos (+22 p.b.), num contexto de manutenção da política expansionista do BCE, enquanto, nos EUA, o movimento foi de maior subida no curto prazo (+69 p.b.), refletindo os aumentos (e expectativas de subida) de taxas por parte da Fed, mas registando-se uma ligeira descida no longo prazo (-4 p.b.).

No **Mercado Monetário Interbancário (MMI)**, as taxas do dólar (Libor) subiram em todos os prazos, refletindo os aumentos do *target* para as taxas dos *fed funds* realizados pela Fed ao longo do ano (15 de março de 2017, 14 de junho de 2017 e 13 de dezembro de 2017). Já as taxas do euro (Euribor) renovaram mínimos históricos e apresentaram valores negativos ao longo do ano nos três, seis e doze meses, com as duas primeiras a sofrerem descidas mais marginais no ano (-1 p.b., e -5 p.b., respetivamente) e a última a reduzir 10 p.b. (recorde-se que a Euribor a três meses entrou em valores negativos em 21 de abril de 2015, a Euribor a seis meses em 6 de novembro de 2015 e nos doze meses em 5 de fevereiro de 2016), continuando a refletir a política monetária expansionista que tem vindo a ser adotada pelo BCE.

Os **spreads da dívida pública a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro** diminuíram em todos os periféricos, sendo de destacar os desagrvamentos em Portugal (-204 p.b.) e na Grécia (-321 p.b.), enquanto os *spreads* da Itália, da Espanha e da Irlanda desceram 2 p.b., 4 p.b. e 23 p.b., respetivamente.

Os **spreads de crédito da dívida privada** revelaram comportamentos também favoráveis, observando-se descidas em todos os índices de CDS (*Credit Default Swaps*), traduzindo algum alívio relativamente à saúde do setor bancário europeu – que tinha vindo a condicionar uma maior subida das ações europeias, em particular dos bancos com maior volume de crédito malparado (Portugal e, sobretudo, Itália) – e não obstante ter havido, a partir do final do 3.º trimestre, algum recrudescimento dos receios, nomeadamente devido ao enquadramento dos bancos espanhóis num eventual cenário de independência da Catalunha.

No mercado **cambial**, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro (EUR) subiu 5,4% em 2017, fechando próxima do valor de 29 de agosto de 2017, um máximo desde setembro de 2014. O EUR ganhou 14,0% face ao dólar (USD) e 4,0% em relação à libra (GBP).

Nas **commodities**, assistiu-se a subidas dos índices compósitos, com o Reuters/Jefferies CRB a subir 0,7% e o S&P GSCI 11,1%, com o primeiro a encerrar o ano em níveis máximos desde fevereiro (depois de ter feito, em 22 de junho, mínimos desde abril de 2016) e o segundo a tocar, no dia 29 de dezembro, sensivelmente os níveis máximos desde julho de 2015 observados em fevereiro. Entre as categorias do S&P GSCI observou-se um comportamento maioritariamente positivo, destacando-se as fortes evoluções ascendentes da energia (+12,3%), dos metais preciosos (+12,9%) e, sobretudo, dos metais de base (+31,0%). Já o gado registou uma subida anual de 7,2%, tendo a única descida sido observada nas agrícolas (-3,0%).

2 – ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

Das alterações regulamentares e fiscais que impactaram igualmente no desenvolvimento da atividade da Sociedade realçam-se as seguintes:

- **Instruções da CMVM de n.º 1/2016 a nº 6/2016 - Organismos de Investimento Coletivo**

Alteração do reporte das carteiras dos OIC's no que diz respeito a:

- ✓ Carteiras;
- ✓ Informação sobre a atividade;
- ✓ Valor das Unidades de Participação
- ✓ Documentos Constitutivos, Relatório e Contas e outra Informação Relevante;
- ✓ Relatórios específicos e comunicação de incumprimentos detetados no âmbito da atividade;
- ✓ Risco e Encargos;

Este novo reporte entrou em vigor a partir de 1 de Junho de 2017.

- **DMIF II – Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros II**

1. Em que consiste a DMIF II?

A Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros, vulgarmente conhecida por DMIF II, assenta na Diretiva comunitária nº 2014/65/CE, de dia 15 de maio de 2014 que reformula a anterior Diretiva 2004/39/CE (DMIF), relativa aos mercados de instrumentos financeiros.

Este instrumento legal de origem comunitária entrou em vigor no dia a 03 de janeiro de 2018 e traduz numa incidência nas pessoas e entidades que atuam nos mercados financeiros.

As diretrizes essenciais têm como objetivos principais: em primeiro lugar, reforçar a proteção aos investidores em sede de contratação de serviços de investimento e, em segundo lugar, aumentar a transparência e qualidade do funcionamento do mercado financeiro.

Em face das diretrizes mencionadas, são apontadas como principais alterações os reforços dos deveres dos intermediários financeiros e as alterações nas regras de comercialização de instrumentos financeiros, nomeadamente:

Reforço do nível de proteção dos clientes, especialmente os pequenos investidores, mediante a exigências adicional na informação a recolher dos clientes para sua respetiva classificação e avaliação da sua adequação para a movimentação dos instrumentos financeiros ou dos serviços de investimento, de modo que melhor se adequem ao perfil do cliente. A DMIF II faz a distinção entre produtos complexos e não complexos, definição do mercado alvo e determinada informação sobre os produtos e os avisos de risco correspondentes.

Continua a manter-se requisitos de organização e de controlo e normas de conduta que terão de ser observadas pelos intermediários financeiros, tendo em vista assegurar que a sua actuação é orientada para a obtenção dos melhores resultados possíveis para os seus clientes. Assim mesmo, reforçam-se as regras concernente à prevenção de conflitos de interesse e da salvaguarda dos bens dos clientes.

No contexto de proteção dos clientes, foram emitidas novas exigências relativas a manutenção de todas as comunicações entre os clientes e os intermediários financeiros, e por tanto a gravação e registo das comunicações deve ser conservada de acordo com requisitos da nova normativa.

3 – ATIVIDADES EM 2017

3.1 Valor de Ativos sob Gestão

O total de ativos sob gestão registou, no exercício de 2017 (comparativamente com o valor do final do ano anterior), um decréscimo de 8,7% atingindo os €1.566,6 milhões. Para este desempenho contribuíram, negativamente, dois efeitos: no segmento dos ativos sob gestão em FIMs verificou-se um decréscimo de 4,6% (atingindo um valor de final de ano de €169,2 milhões) e no segmento dos ativos sob gestão em gestão discricionária de carteiras verificou-se um decréscimo de 9,1% (atingindo um valor de final de ano de €1.397,4 milhões).

Ativos sob gestão - Mapa Resumo

	Valores (EUR)		
	2016	2017	Variação
Fundos de Inv ^o Mobiliário	177 404 892	167 945 566	-5.3%
Gestão de Carteiras	1 537 743 067	1 397 420 947	-9.1%
Total	1 715 147 959	1 565 366 513	-8.7%

3.1.1 Atividade de Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário

O valor total de ativos sob gestão em FIMs situou-se em € 169,2 milhões, o que representou uma diminuição, em relação ao final do ano anterior, de 4,6% (- €8,2 milhões).

O principal fator explicativo para a diminuição do valor dos ativos sob gestão em FIMs foi o contributo negativo das subscrições (líquidas de resgates) que, durante o exercício de 2017, atingiram um valor negativo de € 16,8 milhões (que ainda assim compara favoravelmente com os valores negativos de € 140,3 milhões e €41,1 milhões, verificados respetivamente em 2015 e 2016).

O registo negativo das subscrições (líquidas de resgates) esteve em contraciclo com a tendência do mercado de FIM's, que registou um valor positivo no ano de subscrições de unidades de participação (líquidas de resgates) da ordem dos € 923,5 milhões. Por outro lado, de acordo com os dados da APFIPP, dois terços das sociedades gestoras apresentaram valores anuais positivos de subscrições (líquidas de resgates) e apenas uma registou pior valor em 2017 que a Montepio Gestão de Activos.

Subscrições Líquidas	(valores em Euros)	
	2016	2017
Montepio Gestão de Activos	-41 054 706.12	-16 810 255.46
Total do Mercado	-922 981 946.54	923 462 880.57

Fonte: Dados APFIPP

O decréscimo de 4,6% do valor dos ativos sob gestão em fundos de investimento mobiliário, compara desfavoravelmente com o crescimento do mercado total da ordem dos 10,7% (dados da APFIPP), o que implicou para a Sociedade uma perda de quota de mercado entre as sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário de 0,22 pontos percentuais, situando-se esta no final do exercício em 1,38%. A Sociedade manteve o 7º lugar no *ranking* das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário.

Quota de Mercado e Ranking

Designação	2016	2017	Var (%)
Montepio Gestão Activos	177 405	169 205	-4.6%
Total FIM's	11 100 665	12 291 905	10.7%
Quota Mercado (MGA)	1.60%	1.38%	
Ranking	7º	7º	

Unidade: Milhares de Euros

Fonte: APFIPP

Numa análise por tipo de fundo, verifica-se apenas um ligeiro crescimento dos ativos sob gestão no segmento multi ativos (+€0,8 milhões em termos absolutos, correspondente a uma percentagem de crescimento de 3,2%) e diminuições nos segmentos de curto prazo (-€4,1 milhões em termos absolutos, correspondente a uma variação relativa negativa em 5,5%), de obrigações (-€0,1 milhões em termos absolutos, correspondente a uma variação relativa negativa em 0,5%) e de ações (-€4,9 milhões em termos absolutos, correspondente a uma variação relativa negativa em 7,8%).

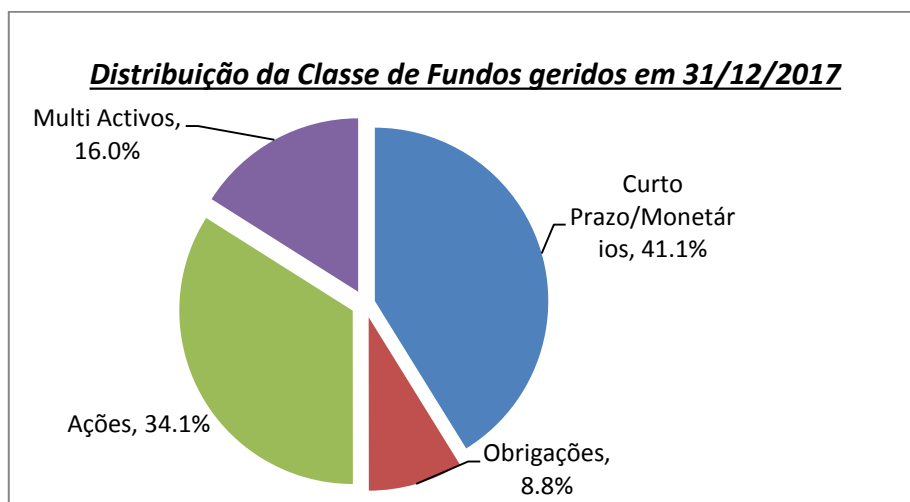
Numa análise por fundo, em termos relativos, destacam-se pela positiva, os crescimentos registados pelo Montepio Multi Gestão Prudente (+13,1%) e pelo Montepio Multi Gestão Equilibrada (+12,2%); pela negativa, os decréscimos registados pelo Montepio Euro Healthcare (-28,9%) e pelo Montepio Euro Energy (-21,1%).

Em termos absolutos, salienta-se o crescimento de ativos sob gestão do Montepio Tesouraria (+€2,6 milhões) e os decréscimos nos fundos Montepio Monetário Plus (-€4,3 milhões) e Montepio Euro Healthcare (-€3,5 milhões).

O mix (por tipologia de fundos) manteve-se praticamente inalterado em relação ao ano anterior: os fundos de curto prazo continuam a ser os mais representativos (41,1% do total), seguidos dos fundos de ações (34,1% do total).

Por Grupo de Fundos	Activos sob gestão (EUR)			Estrutura activos	
	dez-17	dez-16	Varição	dez-17	dez-16
Curto Prazo/Monetários	69 591 860	73 662 521	-5.5%	41.1%	41.5%
Obrigações	14 899 064	14 971 957	-0.5%	8.8%	8.4%
Ações	57 616 619	62 514 483	-7.8%	34.1%	35.2%
Multi Activos	27 097 612	26 255 932	3.2%	16.0%	14.8%
Total Bruto	169 205 155	177 404 892	-4.6%	100%	100%
Total em FF	3 147 558	2 936 107	7.2%		
Total Líquido	166 057 597	174 468 785	-4.8%		

(*) Grupo Curto Prazo/Monetário (incluí Montepio Tesouraria, Montepio Monetário e Montepio Monetário Plus); Grupo Obrigações (incluí Montepio Obrigações e Montepio Taxa Fixa); Grupo Ações (incluí os 9 fundos de ações); Grupo Multi Activos (incluí os 4 fundos de fundos Multi Gestão e o Montepio Global)



O número de participantes nos fundos geridos pela Sociedade situou-se, no final de 2017, em 24.779, o que constituiu um decréscimo de 6,5%, em relação ao final do ano anterior.

3.1.2 Valorização dos Fundos Geridos

O desempenho dos fundos geridos refletiu as condições favoráveis dos mercados em que estão investidos. Assim, apenas dois dos fundos geridos registaram rendibilidades negativas no ano de 2017 – o Montepio Monetário e o Montepio Monetário Plus – refletindo o atual cenário de taxas de juro de curto prazo (apesar de a Sociedade ter diminuído, com carácter temporário, as comissões de gestão destes dois fundos). Recorde-se que as taxas de curto prazo (utilizando como proxy as taxas Euribor a 1, 3 e 12 meses) apresentam valores negativos e que, mesmo as taxas de rendimento até à maturidade (yield to maturity) da dívida pública portuguesa a 2 e 3 anos se encontram em território negativo.

Em relação aos restantes dezassete fundos geridos aprez-nos informar que todos registaram rendibilidades no ano de 2017 positivas, com particular destaque para os fundos de ações, sem esquecer o Montepio Taxa Fixa (um fundo de obrigações de taxa fixa) que registou uma rendibilidade de 4,63% no ano.

As rendibilidades dos fundos permitiram ainda minorar o impacto das subscrições (líquidas de resgates) no valor dos ativos sob gestão (conforme descrito acima). De facto as rendibilidades obtidas permitiram compensar mais de metade do efeito das subscrições (líquidas de resgates) negativas no corrente exercício.

Rendibilidade Anual dos Fundos em Gestão e comparação com a média do Setor

Fundos	2016	2017	Classe de Risco 52 semanas	Sector (a)	Ranking
Montepio Monetário PLUS - FIA	-0.05%	-0.12%	Classe de Risco 1	-0.03%	2º de 2
Montepio Monetário de Curto Prazo	-0.03%	-0.12%	Classe de Risco 1	0.00%	2º de 2
Montepio Tesouraria	0.47%	0.59%	Classe de Risco 1	0.14%	2º de 7
Montepio Obrigações	0.63%	0.89%	Classe de Risco 2	1.09%	3º de 5
Montepio Taxa Fixa	0.74%	4.63%	Classe de Risco 2	2.59%	2º de 11
Montepio Acções	-1.06%	12.66%	Classe de Risco 4	8.85%	3º de 10
Montepio Acções Europa	2.27%	10.84%	Classe de Risco 4	8.85%	5º de 10
Montepio Capital	-1.11%	9.30%	Classe de Risco 4	19.32%	3º de 3
Montepio Euro Telcos	-10.81%	2.15%	Classe de Risco 4	9.58%	5º de 6
Montepio Euro Utilities	-4.40%	12.68%	Classe de Risco 4	9.58%	2º de 6
Montepio Euro Energy	19.31%	13.50%	Classe de Risco 5	9.58%	1º de 6
Montepio Euro Financial Services	-4.51%	11.87%	Classe de Risco 5	9.58%	4º de 6
Montepio Euro Healthcare	-6.24%	2.06%	Classe de Risco 5	9.58%	6º de 6
Montepio Acções Internacionais	0.47%	9.49%	Classe de Risco 4	9.60%	7º de 12
Montepio Global	2.11%	6.21%	Classe de Risco 3	5.92%	5º de 10
Montepio Multi Gestão Prudente – FF	1.50%	1.98%	Classe de Risco 3	2.69%	9º de 12
Montepio Multi Gestão Equilibrada – FF	2.11%	4.93%	Classe de Risco 3	5.92%	9º de 10
Montepio Multi Gestão Dinâmica – FF	1.99%	8.95%	Classe de Risco 4	10.38%	3º de 4
Multi Gestão Mercados Emergentes - FF	8.82%	19.66%	Classe de Risco 5	10.38%	1º de 4

(a) Média ponderada das rendibilidades anuais dos Fundos do mesmo tipo

Fonte: APFIPP

Importa relembrar:

“que as rendibilidades dos Fundos de Investimento Mobiliário são calculadas antes de eventuais comissões de subscrição e resgate. As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo)”.

3.1.3 Prémios Melhores Fundos – Jornal de Negócios / APFIPP

Apraz-nos referir que foi atribuído ao Montepio Acções Europa o prémio de Melhor Fundo de Acções Europeias, numa iniciativa do Jornal de Negócios e da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).



3.1.4 Atividade de Gestão Discricionária e Individualizada de Carteiras

A gestão de carteiras continua a constituir, em termos do seu peso no valor de ativos sob gestão, o segmento mais importante da atividade da empresa, representando no final de 2017 cerca de 89% daquele valor (90% em 2016). Em 2017 este segmento de atividade continuou a estar fundamentalmente concentrado nos clientes institucionais (nomeadamente fundos de pensões).

No final do exercício o valor dos ativos sob gestão no segmento de gestão de carteiras situava-se nos € 1.397,4 milhões, correspondente a um decréscimo de 9,1% em relação ao final do ano anterior (-€140,3 milhões).

Para esta variação negativa, contribuíram fundamentalmente as saídas de duas carteiras sob gestão, de entidades do Grupo Montepio (da ordem dos € 192,4 milhões), uma das quais por alienação do capital da referida entidade a um outro grupo financeiro.

Em relação às rendibilidades das carteiras geridas, aprez-nos registar que a mesma se situou, no exercício de 2017 nos 7,36% (rendibilidade anual, média ponderada pelos montantes sob gestão).

Ativos sob gestão - Mapa Resumo

	Valores (EUR)		
	2016	2017	Varição
Gestão de Carteiras	1 537 743 067	1 397 420 947	-9.1%

Em termos de posição no mercado, e de acordo com estatísticas disponibilizadas pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), o valor dos ativos geridos pela Sociedade representava, no final do ano de 2017, 2,2% do total do mercado (2,5% em 2016), tendo a Sociedade mantido o 8º lugar de *ranking*, num universo de 35 entidades a operar em Portugal.

3.2 Resultado do Exercício

Comissões Recebidas (excluí outros Proveitos que não sejam Comissões)

Comissões	2016	2017	Varição
- FIM's - Comissões Gestão	1 580 692	1 506 877	-4.7%
- Gestão Carteiras - Comissões Fixas	1 357 782	1 186 679	-12.6%
- Gestão Carteiras - Comissões Variáveis	35 020	2 080 706	5841.5%
- Outras	28 726	28 726	0.0%
Total de Comissões	3 002 220	4 802 988	60.0%

Durante o exercício de 2017 a atividade da Sociedade permitiu gerar comissões no valor de € 4.802.988, valor que se situa 60,0% acima do verificado no ano anterior. O principal fator explicativo deste desempenho muito positivo encontra-se nas comissões variáveis de gestão de carteiras (que resultam da obtenção de rendibilidades nas carteiras geridas superiores às do respetivo referencial de comparação (benchmark)).

A subida do total de comissões geradas pela atividade é tanto mais merecedora de destaque quando se verifica num contexto de decréscimo dos valores dos ativos sob gestão, quer em FIMs, quer em gestão discricionária de carteiras, que resultou em diminuições destes dois tipos de comissões de gestão, em relação ao ano anterior, de 4,7% e 12,6%, respetivamente.

Custos

Custos	2016	2017	Varição
Comissões pagas	1 149 997	1 163 783	1.2%
. Das quais Com. Comercialização	1 015 225	977 679	-3.7%
Custos com Pessoal (1)	1 163 352	1 142 344	-1.8%
Fornecimentos e serviços de terceiros (2)	405 598	363 031	-10.5%
Outros	64 807	197 374	204.6%
TOTAL DE CUSTOS (3)	2 783 755	2 866 532	3.0%

(1) Incluí os Custos de Formação e de Cedência de Pessoal da Montepio Valor

(2) Excluí os Custos de Formação e de Cedência de Pessoal da Montepio Valor

(3) O total de custos não é idêntico ao contabilístico por acerto de contas

O total de custos do exercício aumentou 3% em relação ao exercício anterior, atingindo os € 2,9 milhões, essencialmente devido à diminuição dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (-€ 43 mil, ou -10,5% que no ano anterior) e das Comissões de Comercialização pagas (-€38 mil, ou -3,7% que no ano anterior) esta última decorrente da diminuição dos ativos geridos em FIMs.

Quanto aos outros custos, o aumento significativo refere-se a uma provisão efetuada para efeitos de valores a receber da AT.

Nos restantes custos não se registam variações dignas de menção.

INDICADORES FINANCEIROS

Designação	Milhares de euros			
	2016	2017	Varição	
			Absoluta	Relativa (%)
Ativo Líquido	3 708	5 401	1 693	45.7%
Recursos Próprios (inclui RL)	3 120	4 524	1 404	45.0%
Resultado do Exercício	300	1 645	1 345	448.3%
<i>Cash Flow</i>	315	1 660	1 345	427.0%
ROA	8.09%	30.46%	22.4%	276.5%
ROE	10.64%	57.14%	46.5%	437.1%
Nº de trabalhadores a 31 Dezembro (*)	13	13	0.0%	0.0%

(*) Inclui 3 trabalhadores que estão em regime de cedência (pertencem aos quadros da Montepio Valor)

Os resultados líquidos situaram-se nos € 1,7 milhões de euros, mais de 448,3% acima do valor registado no ano anterior, fundamentalmente em consequência do aumento das comissões variáveis de gestão de carteiras.

Quanto à rentabilidade dos capitais próprios (ROE), esta situou-se nos 57,14%, enquanto a rentabilidade dos ativos (ROA) se situou nos 30,46%.

3.3 Proposta de Aplicação de Resultados

Para aplicação do resultado líquido do exercício de 2017 o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral a seguinte proposta:

Para reservas legais	164 518.97 €
Para outras reservas	2 270.73 €
Para dividendos	<u>1 478 400.00 €</u>
	1 645 189.70 €

3.4 Agradecimentos

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para exprimir o seu agradecimento a todas as entidades que deram o seu contributo para o desenvolvimento da atividade da sociedade, nomeadamente:

- Ao Banco de Portugal e à CMVM, pela disponibilidade e apoio dispensados;
- À Caixa Económica Montepio Geral, caixa economicabancária, S.A. na sua qualidade de banco depositário e de Entidade Comercializadora dos FIM;
- Ao ROC, pela colaboração prestada;
- Aos Senhores Clientes, em especial à Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., pela confiança depositada na Sociedade, que, aliás, constituem a sua razão de ser;
- Aos trabalhadores da Sociedade, sem os quais os resultados obtidos não teriam sido possíveis.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Associação Mutualista – Presidente, representado por Miguel Alexandre Teixeira Coelho
Montepio Geral*

Mário José de Matos Valadas - Vogal

Norberto da Cunha Félix Pilar - Vogal

José Luís Esparteiro da Silva Leitão - Vogal

José António Fonseca Gonçalves - Vogal

**ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017**

LISTA DE ACCIONISTAS (nº 4 do Art.º 448º do C.S.C.)

TITULAR	Nº AÇÕES	% CAP. SOCIAL
MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	239.655	99,85625%

Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	2	88 247	122 397
Margem financeira		88 247	122 397
Rendimentos de serviços e comissões	3	4 803 088	3 002 520
Encargos com serviços e comissões	3	(1 163 783)	(1 149 997)
Resultados de serviços e comissões		3 639 305	1 852 523
Resultados de reavaliação cambial		528	(1 264)
Outros resultados de exploração	4	143 621	66 939
Resultados de alienação de outros ativos		-	(23 975)
Total de proveitos operacionais		3 871 701	2 016 620
Custos com pessoal	5	1 018 743	1 035 768
Gastos gerais administrativos	6	486 892	534 737
Amortizações do exercício	7	8 313	15 057
		1 513 948	1 585 562
Imparidade de outros ativos	8	164 947	
Resultado operacional		2 192 806	431 058
Impostos			
Correntes	15	547 616	130 597
Resultado líquido do exercício		1 645 190	300 461

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.

Balanço para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	2017	2016
		<hr/>	<hr/>
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9	818	722
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10	86 474	76 119
Aplicações em instituições de crédito	11	2 359 430	1 202 080
Investimentos detidos até à maturidade	12	1 552 684	1 550 324
Outros ativos tangíveis	13	3 183	2 479
Ativos intangíveis	14	8 968	9 304
Ativos por impostos correntes		-	171 407
Outros ativos	16	1 389 559	695 781
Total do Ativo		<hr/> 5 401 116	<hr/> 3 708 215
Passivo			
Passivos por impostos correntes		504 007	64 391
Outros passivos	17	372 882	523 881
Total do Passivo		<hr/> 876 889	<hr/> 588 272
Capitais Próprios			
Capital	18	1 200 000	1 200 000
Outras reservas e resultados transitados	19 e 20	1 679 037	1 619 482
Resultado líquido do exercício		1 645 190	300 461
Total dos Capitais Próprios		<hr/> 4 524 227	<hr/> 3 119 943
		<hr/> 5 401 116	<hr/> 3 708 215

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Euros)

	Notas	2017	2016
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Desvios actuariais	23	29 334	-
		29 334	-
Resultado líquido do exercício		1 645 190	300 461
Total de rendimento integral do exercício		1 674 524	300 461

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Euros)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Recebimento de juros e comissões	4 183 945	4 174 933
Pagamento de juros e comissões	(983 988)	(1 036 189)
Despesas com pessoal e fornecedores	(941 791)	(947 542)
Contribuições para fundos de pensões	(68 610)	(84 150)
Outros pagamentos e recebimentos	(167 677)	(130 694)
	<u>2 021 879</u>	<u>1 976 358</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais</i>		
Recebimentos impostos por conta de FIM's e clientes	445 271	385 916
	<u>445 271</u>	<u>385 916</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Pagamentos de impostos	(1 028 904)	(1 397 281)
	<u>(1 028 904)</u>	<u>(1 397 281)</u>
	<u>1 438 246</u>	<u>964 993</u>
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento</i>		
Compra e venda de títulos	-	(389 168)
Constituição de depósitos a prazo	(2 550 000)	(1 200 000)
Vencimento de depósitos a prazo	1 400 000	1 800 000
Aquisição de imobilizações	(7 555)	(8 018)
	<u>(1 157 555)</u>	<u>202 814</u>
<i>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</i>		
Distribuição de dividendos	(270 240)	(1 300 800)
	<u>(270 240)</u>	<u>(1 300 800)</u>
Varição líquida em caixa e equivalentes	10 452	(132 993)
Caixa e equivalentes no início do exercício	<u>76 841</u>	<u>209 834</u>
Varição líquida em caixa e equivalentes	10 452	(132 993)
Caixa e equivalentes no fim do exercício	<u>87 292</u>	<u>76 841</u>
Caixa e equivalentes no fim do exercício engloba		
Caixa (nota 9)	818	722
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 10)	<u>86 474</u>	<u>76 119</u>
Total	<u><u>87 292</u></u>	<u><u>76 841</u></u>

Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.

Mapa de alterações dos Capitais Próprios
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	4 120 282	1 200 000	976 122	498 236	1 445 924
Resultado líquido do exercício	300 461	-	-	-	300 461
Outro rendimento integral do exercício	300 461	-	-	-	300 461
Constituição de reservas	-	-	144 592	531	(145 124)
Distribuição de Resultados (nota 23)	(1 300 800)	-	-	-	(1 300 800)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	3 119 943	1 200 000	1 120 715	498 767	300 461
Resultado líquido do exercício	1 645 190	-	-	-	1 645 190
Desvios actuariais (nota 24)	29 334	-	-	-	29 334
Outro rendimento integral do exercício	1 674 524	-	-	-	1 674 524
Constituição de reservas	-	-	30 046	175	(30 221)
Distribuição de Resultados (nota 23)	(270 240)	-	-	-	(270 240)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	4 524 227	1 200 000	1 150 761	498 942	1 674 524

Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (adiante designada por “Sociedade”) é uma sociedade gestora de fundos com sede na Avenida de Berna, 10 – 3º Andar, em Lisboa, detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 17 de maio de 1991, com a designação de Fiseco Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.. Em 27 de janeiro de 1993 a Sociedade adotou o nome MG Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., o qual a partir de 3 de maio de 2004 transitou para a denominação de MG Gestão de Activos Financeiros – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.. Em 20 de julho de 2007 e por força da alteração do nome comercial da Sociedade para Montepio, a Sociedade passou a adotar a atual denominação.

Até 3 de maio de 2004 a Sociedade tinha por objeto a gestão e representação de fundos de investimento mobiliário, tendo desde essa data complementado a sua atividade com a gestão discricionária e individualizada de carteiras de terceiros (incluindo as carteiras correspondentes a fundos de pensões), consultoria de investimento e a gestão de fundos de capital de risco e de investimento imobiliário.

Em 28 de novembro de 2011, fruto da aquisição do Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. por parte do Montepio Geral – Associação Mutualista, a Sociedade assumiu a gestão dos fundos mobiliários pertencentes à Finivalor – Sociedade de Fundos de Investimento, S.A. (adiante designada por “Finivalor”) e alterou os estatutos de modo a revogar a atividade de gestão de fundos imobiliários, a qual passou a ser assegurada pela Finivalor. De referir que a 16 de Janeiro de 2014, a Finivalor alterou a sua designação para Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (adiante designada por “Montepio Valor”).

Em 31 de dezembro de 2017 os fundos mobiliários geridos pela Sociedade são os seguintes:

Fundos abertos	Data de constituição
<i>Fundos de tesouraria</i>	
Montepio Tesouraria	27 de setembro de 1993
<i>Fundos do mercado monetário</i>	
Montepio Monetário	1 de abril de 1997
<i>Fundos de acções</i>	
Montepio Acções	1 de fevereiro de 1994
Montepio Capital	14 de abril de 1997
Montepio Acções Internacionais	15 de dezembro de 1998
Montepio Acções Europa	14 de junho de 2000
Montepio Euro Utilities	29 de março de 2005
Montepio Euro Telcos	29 de março de 2005
Montepio Euro Energy	7 de maio de 2007
Montepio Euro Financial Services	7 de maio de 2007
Montepio Euro Healthcare	7 de maio de 2007
<i>Fundos de obrigações</i>	
Montepio Obrigações	1 de fevereiro de 1994
Montepio Taxa fixa	3 de novembro de 1997
<i>Fundos de fundos</i>	
Montepio Multi - Gestão Dinâmica	18 de setembro de 2000
Montepio Multi - Gestão Equilibrada	18 de setembro de 2000
Montepio Multi - Gestão Prudente	18 de setembro de 2000
Montepio Multi - Gestão Mercados Emergentes	8 de maio de 2006
<i>Fundos especiais de investimento</i>	
Montepio Monetário Plus	13 de julho de 2009
<i>Fundos mistos</i>	
Montepio Global	24 de novembro de 1997

No âmbito do disposto no Regulamento (“CE”) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de Dezembro, as demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) conforme aprovadas pela União Europeia (“UE”) a partir do exercício de 2017. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade em 22 de Fevereiro de 2018. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, conforme descrito na nota 27.

A Sociedade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2017.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras do período anterior.

Conforme indicado na nota 18 a Sociedade é detida maioritariamente pelo Grupo Montepio Geral e consequentemente as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 l).

b) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

1) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Sociedade tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de

juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrada nas exceções previstas pelas normas, obrigará a Sociedade a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Sociedade ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas da Sociedade, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

c) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

d) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam; ou

- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído; e

- quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados em margem financeira.

As comissões de gestão sobre fundos de investimento mobiliários correspondem à remuneração da Sociedade pela gestão dos fundos. Estas comissões são calculadas numa base diária, por aplicação de uma taxa, definida nos respetivos regulamentos de gestão dos fundos, sobre o património líquido dos mesmos, sendo reconhecidas como proveitos em resultados.

As comissões de administração de valores por conta de outrem correspondem à remuneração da Sociedade pela gestão de carteiras de terceiros (clientes individuais), efetuada com total autonomia da Sociedade, atendendo às normas regulamentares da atividade e considerando a decisão do cliente face à percentagem de ações no valor global da carteira. De acordo com os contratos de gestão celebrados pela Sociedade, não existe por parte desta qualquer garantia de rendibilidade do capital administrado. A comissão auferida pela gestão de carteiras de terceiros (clientes individuais) resulta da aplicação de uma taxa definida em função do valor e composição da carteira do cliente, sobre o valor médio da carteira no último dia útil de cada mês, do período alvo de faturação, que por norma coincide com um trimestre.

e) **Outros ativos tangíveis**

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Mobiliário e material	8
Equipamento administrativo	5
Equipamento informático	3
Equipamento de transmissão	3

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

f) Ativos intangíveis

Software

A Sociedade regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. A Sociedade não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a partir da data da contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa encontram-se disponíveis para uso.

h) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

i) Benefícios dos empregados

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos, outorgados a 22 de dezembro de 2006.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma e outros benefícios são calculadas anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de um fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., denominado Fundo de Pensões Viva.

O plano de pensões existente na Sociedade corresponde um plano de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data

do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

A Sociedade reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma. O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Os pagamentos ao fundo são efetuados anualmente pela Sociedade de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

j) Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“CIRC”). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são

posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção dos ativos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Sociedade procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

k) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

l) Responsabilidades por prestação de serviços

Os fundos de investimento mobiliários e as carteiras de valor mobiliários geridos pela Sociedade encontram-se registados em contas extrapatrimoniais de responsabilidades por prestação de serviços pelo valor do fundo no final de cada exercício e ao valor de mercado acrescido dos juros corridos e não cobrados, respetivamente.

m) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos investimentos detidos até à maturidade

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus investimentos detidos até à maturidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Sociedade avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros.

No que se refere a instrumentos de dívida é considerado que existe imparidade sempre que se verifique evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desses ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Sociedade.

Os investimentos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da Sociedade. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade durante um período de quatro anos, exceto em caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto em que o período é o do exercício desse direito. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outras, tais como a taxa de desconto, taxa de crescimento de pensões e salários e tábua de mortalidade, rendibilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Pressupostos e julgamentos distintos teriam impacto na determinação do montante das provisões e consequentemente nas demonstrações financeiras individuais.

2 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2017	2016
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	16 925	11 807
Juros de investimentos detidos até à maturidade	71 322	110 590
	<hr/>	<hr/>
	88 247	122 397
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

3 Resultados de serviços e comissões

Os custos e proveitos de serviços e comissões são apresentados como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços prestados de administração de valores	3 267 385	1 392 802
Comissões de gestão de fundos de investimento mobiliários	1 506 877	1 580 692
Outras comissões	28 826	29 026
	<hr/>	<hr/>
	4 803 088	3 002 520
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Encargos de serviços e comissões		
Comissões de comercialização de fundos de investimento mobiliários	977 679	1 015 225
Por operações realizadas por terceiros	2 161	3 628
Outras comissões	183 943	131 144
	<hr/>	<hr/>
	1 163 783	1 149 997
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Resultados líquidos de serviços e comissões	3 639 305	1 852 523

A rubrica Comissões de gestão de fundos de investimento mobiliários inclui o valor facturado aos fundos sob gestão da Sociedade.

A rubrica Comissões de comercialização de fundos de investimento mobiliários regista as comissões pagas pela Sociedade no âmbito da angariação de clientes através da rede de balcões da Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A..

4 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Outros proveitos de exploração		
Outros proveitos e ganhos operacionais	167 061	89 365
Outros custos de exploração		
Outros encargos e gastos operacionais	(23 250)	(21 375)
Outros impostos	(190)	(1 051)
	<u>143 621</u>	<u>66 939</u>

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outros proveitos e ganhos operacionais inclui à anulação de custos com prestação de serviços partilhados com a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. no valor de Euros 166.959.

A rubrica Outros encargos e gastos operacionais incluem encargos com quotizações e donativos no valor de Euros 20.250 (2016: Euros 19.875).

5 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Remunerações		
Remuneração de empregados	508 417	509 698
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	247 185	247 185
Encargos sociais obrigatórios	232 372	246 942
Outros custos com pessoal	30 769	31 943
	<u>1 018 743</u>	<u>1 035 768</u>

Em 2017, a rubrica de Encargos sociais obrigatórios inclui o montante de Euros 69.716 (2016: Euros 93.693) referente a encargos com responsabilidade pós-emprego, no âmbito da adesão coletiva ao Fundo de Pensões Viva, conforme nota 23.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Sociedade tinha ao seu serviço um efetivo de 12 colaboradores. Importa salientar que desde dezembro de 2011 encontram-se cedidos à Sociedade 3 colaboradores da Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

A 31 de Dezembro de 2017, a Sociedade regista custos com bónus ao Conselho de Administração e colaboradores no valor de Euros 51.914 (2016: Euros 58.269).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da Sociedade, durante o exercício de 2017 são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros	Outro pessoal chave da gestão Euros	Total Euros
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	247 185	252 676	499 861
Remunerações variáveis	11 500	17 580	29 080
	<u>258 685</u>	<u>270 256</u>	<u>528 941</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da Sociedade, durante o exercício de 2016 são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros	Outro pessoal chave da gestão Euros	Total Euros
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	247 185	252 676	499 861
Remunerações variáveis	31 000	17 580	48 580
	<u>278 185</u>	<u>270 256</u>	<u>548 441</u>

6 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2017	2016
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Com fornecimentos		
Outros fornecimentos e serviços externos	10 934	13 122
Água, energia e combustíveis	6 401	6 236
Material de consumo corrente	1 909	1 958
Com serviços		
Serviços especializados	415 351	460 330
Rendas e alugueres	24 347	24 334
Publicidade	14 198	15 911
Seguros	3 392	3 129
Conservação e reparação	2 296	2 740
Formação de pessoal	1 292	532
Deslocações, estadas e representação	1 090	937
Comunicações	741	1 507
Outros serviços de terceiros	4 941	4 001
	<hr/>	<hr/>
	486 892	534 737
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 24.347 (2016: Euros 24.333) referentes ao aluguer de viaturas.

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica serviços especializados decompõe-se da seguinte forma:

	2017	2016
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Encargos com bancos de dados	237 145	212 987
Cedência de pessoal	122 570	128 674
Informações	24 416	24 002
Revisor Oficial de Contas	12 749	14 415
Avenças	9 171	-
Informática	4 958	5 903
Limpeza	3 355	3 245
Encargos judiciais, contencioso e notariado	987	1 836
Prestações serviços CEMG	-	69 268
	<hr/>	<hr/>
	415 351	460 330
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

A rubrica Revisor Oficial de Contas, inclui os custos incorridos com honorários relativos à revisão legal de contas, bem como outros serviços efectuados pelo Revisor Oficial de Contas, conforme segue (excluindo IVA):

	2017	2016
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Auditoria		
Serviços de revisão legal das contas	5 000	5 000
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	5 500	7 000
	<hr/>	<hr/>
	10 500	12 000
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

A rubrica Cedência de pessoal regista os custos com cedência de pessoal da Montepio Valor.

A sociedade possui diversos contratos de locação operacional de viaturas. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis, por maturidade, são os seguintes:

	2017 Euros	2016 Euros
Até 1 ano	24 347	24 347
1 ano até 5 anos	10 056	64 645
	<u>34 403</u>	<u>88 992</u>

7 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2017 Euros	2016 Euros
Activos intangíveis		
<i>Software</i>	7 139	8 397
Outros activos tangíveis		
Equipamento		
Mobiliário e material	-	295
Equipamento informático	823	5 809
Máquinas e ferramentas	351	556
	<u>1 174</u>	<u>6 660</u>
	<u>8 313</u>	<u>15 057</u>

8 Imparidade outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Imparidade de outros ativos		
Dotação do exercício	164 947	-
	<u>164 947</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2017, a Sociedade constituiu imparidade para Outros Ativos, no montante de Euros 164.947, conforme nota 16.

9 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
	<hr/>	<hr/>
Caixa	<u>818</u>	<u>722</u>

10 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
	<hr/>	<hr/>
Em instituições de crédito no país		
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	<u>86 474</u>	<u>76 119</u>

11 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
	<hr/>	<hr/>
Aplicações no país		
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	<u>2 359 430</u>	<u>1 202 080</u>

A análise da rubrica Aplicações sobre instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2017 Euros	2016 Euros
De 3 a 6 meses	1 354 541	-
Mais de 6 meses	1 004 889	1 202 080
Saldo em 31 de dezembro	<u>2 359 430</u>	<u>1 202 080</u>

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações em instituições de crédito existentes vencem-se entre abril e julho de 2018.

12 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Investimentos detidos até à maturidade		
Instrumentos de dívida	<u>1 552 684</u>	<u>1 550 324</u>

Em 31 de dezembro de 2017 o inventário da carteira de títulos é composto como segue:

Código do título	Tipo de emitente	País emitente	Cotado/ Não cotado (S/N)	Cotação	Quantidade	Valor nominal (Euros)	Critério valorimétrico	Valor de balanço (Euros)	
Investimentos detidos até à maturidade									
Instrumentos de dívida pública									
Obrigações do tesouro									
- OT 3,85% 2005/2021	PTOTEYOE0007	Outras	Portugal	S	112,55%	20 000	200	Custo de aquisição	205
- OT 3,85% 2005/2021	PTOTEYOE0007	Outras	Portugal	S	112,55%	73 000 000	730 000	Custo amortizado	627 312
- OT 4,75% 14 Jun 2019	PTOTEMOE0027	Outras	Portugal	S	107,08%	86 000 000	860 000	Custo amortizado	925 167
						<u>159 020 000</u>	<u>1 590 200</u>		<u>1 552 684</u>

Em 31 de dezembro de 2016 o inventário da carteira de títulos é composto como segue:

Código do título	Tipo de emitente	País emitente	Cotado/ Não cotado (S/N)	Cotação	Quantidade	Valor nominal (Euros)	Critério valorimétrico	Valor de balanço (Euros)	
Investimentos detidos até à maturidade									
Instrumentos de dívida pública									
Obrigações do tesouro									
- OT 3,85% 2005/2021	PTOTEYOE0007	Outras	Portugal	S	107,82%	20 000	200	Custo de aquisição	205
- OT 3,85% 2005/2021	PTOTEYOE0007	Outras	Portugal	S	107,82%	73 000 000	730 000	Custo amortizado	594 275
- OT 4,75% 14 Jun 2019	PTOTEMOE0027	Outras	Portugal	S	109,91%	86 000 000	860 000	Custo amortizado	955 844
						<u>159 020 000</u>	<u>1 590 200</u>		<u>1 550 324</u>

13 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Custos		
Equipamento		
Mobiliário e material	25 034	25 034
Equipamento de transmissão	21 061	21 061
Equipamento informático	82 929	81 402
Máquinas e ferramentas	7 317	6 966
Património artístico	1 382	1 382
	<u>137 723</u>	<u>135 845</u>
Depreciações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(1 174)	(6 660)
Relativas a exercícios anteriores	(133 366)	(126 706)
	<u>(134 540)</u>	<u>(133 366)</u>
	<u><u>3 183</u></u>	<u><u>2 479</u></u>

Os movimentos da rubrica outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2017, são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Regularizações/ Transferências Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
Custos					
Equipamento					
Mobiliário e material	25 034	-	-	-	25 034
Equipamento de transmissão	21 061	-	-	-	21 061
Equipamento informático	81 402	1 527	-	-	82 929
Máquinas e ferramentas	6 966	351	-	-	7 317
Património artístico	1 382	-	-	-	1 382
	<u>135 845</u>	<u>1 878</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137 723</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(25 034)	-	-	-	(25 034)
Equipamento transmissão	(21 061)	-	-	-	(21 061)
Equipamento informático	(80 305)	(823)	-	-	(81 128)
Máquinas e ferramentas	(6 966)	(351)	-	-	(7 317)
	<u>(133 366)</u>	<u>(1 174)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(134 540)</u>
	<u>2 479</u>				<u>3 183</u>

Os movimentos da rubrica outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2016 são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Regularizações/ Transferências Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
Custos					
Equipamento					
Mobiliário e material	25 034	-	-	-	25 034
Equipamento de transmissão	21 061	-	-	-	21 061
Equipamento informático	80 708	694	-	-	81 402
Máquinas e ferramentas	6 409	557	-	-	6 966
Património artístico	1 382	-	-	-	1 382
	<u>134 594</u>	<u>1 251</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>135 845</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(24 739)	(295)	-	-	(25 034)
Equipamento transmissão	(21 061)	-	-	-	(21 061)
Equipamento informático	(74 496)	(5 809)	-	-	(80 305)
Máquinas e ferramentas	(6 410)	(556)	-	-	(6 966)
	<u>(126 706)</u>	<u>(6 660)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133 366)</u>
	<u>7 888</u>				<u>2 479</u>

14 Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
Custos		
<i>Software</i>	222 985	216 182
	<u>222 985</u>	<u>216 182</u>
Depreciações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(7 139)	(8 397)
Relativas a exercícios anteriores	(206 878)	(198 481)
	<u>(214 017)</u>	<u>(206 878)</u>
	<u><u>8 968</u></u>	<u><u>9 304</u></u>

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o exercício de 2017, são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Regularizações/ Transferências Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
Custos					
Ativos Intangíveis					
<i>Software</i>	216 182	6 803	-	-	222 985
	<u>216 182</u>	<u>6 803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>222 985</u>
Amortizações acumuladas					
Ativos Intangíveis					
<i>Software</i>	(206 878)	(7 139)	-	-	(214 017)
	<u>(206 878)</u>	<u>(7 139)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(214 017)</u>
	<u><u>9 304</u></u>				<u><u>8 968</u></u>

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o exercício de 2016, são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Regularizações/ Transferências Euros	Saldo em 31 de Dezembro Euros
Custos					
Ativos Intangíveis					
<i>Software</i>	209 301	6 881	-	-	216 182
	<u>209 301</u>	<u>6 881</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>216 182</u>
Amortizações acumuladas					
Ativos Intangíveis					
<i>Software</i>	(198 481)	(8 397)	-	-	(206 878)
	<u>(198 481)</u>	<u>(8 397)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(206 878)</u>
	<u><u>10 820</u></u>				<u><u>9 304</u></u>

15 Impostos

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 j), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

A Sociedade não apresenta impostos diferidos com referência a 31 de Dezembro de 2017 e 2016. Adicionalmente, não existem impostos diferidos por reconhecer relativos a prejuízos fiscais.

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos é analisada como segue:

	2017		2016	
	Euros		Euros	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		2 192 806		431 058
Taxa de imposto	21,0		21,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		460 489		90 522
Acréscimos para efeitos de apuramento de lucros tributáveis	1,86	40 799	0,2	915
Decréscimos para efeitos de apuramento de lucros tributáveis	(1,62)	(35 481)	0,1	420
Derramas	2,50	54 816	1,5	6 464
Tributação autónoma	0,55	12 008	2,0	8 768
Correcções relativas a exercício anteriores	0,71	15 585	5,91	25 464
Outros	(0,03)	(600)	(0,45)	(1 956)
Imposto exercício	25,0	547 616	30,3	130 597

16 Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Devedores diversos	1 512 132	654 332
Responsabilidades com fundos de pensões e outros benefícios	32 082	2 748
Outras despesas com encargo diferido	10 292	38 701
	<u>1 554 506</u>	<u>695 781</u>
Imparidade para outros ativos	(164 947)	-
	<u>1 389 559</u>	<u>695 781</u>

A rubrica Devedores diversos inclui comissões por serviços prestados de administração de valores ainda não recebidas no valor de Euros 1.347.185 (2016: Euros 488.987). Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica regista ainda o valor de Euros 164.947 (2016: Euros 164.845) relativo a imposto sobre rendimento retido relativo a exercícios anteriores a 2015. Face às perspectivas de recebimento da Sociedade este valor foi integralmente provisionado no exercício de 2017.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como se segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Saldo em 1 de janeiro	-	-
Dotação do exercício	164 947	-
	<u>164 947</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>164 947</u>	<u>-</u>

17 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Credores e outros recursos		
Outros credores	128 977	145 170
Sector público administrativo	16 864	16 896
Outros encargos a pagar		
Por gastos com o pessoal	192 690	200 209
Por gastos gerais administrativos	23 451	161 606
Outros	10 900	-
	372 882	523 881

A rubrica Outros credores inclui comissões de comercialização a pagar à Caixa Económica Montepio Geral no valor de Euros 81.033 (2016: Euros 84.227).

18 Capital

O capital social da Sociedade no montante de Euros 1.200.000 integralmente realizado, através da emissão de 240.000 ações com o valor nominal de Euros 5 cada.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital da Sociedade segue a seguinte distribuição:

	N.º de ações	Montante	%
		Euros	
Montepio Geral Associação Mutualista	239 655	1 198 275	99,86%
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	300	1 500	0,13%
Fundação Montepio Geral	15	75	0,01%
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	15	75	0,01%
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	15	75	0,01%
	240 000	1 200 000	100%

19 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados se superior, não podendo normalmente esta reserva ser

distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2016 aprovada na Assembleia Geral de Acionistas do dia 30 de março de 2017, a Sociedade reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 30.046. A 31 de dezembro de 2017, o montante de Reservas legais ascende a Euros 1.150.761 (31 de dezembro de 2016: Euros 1.120.715).

20 Outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Reservas e resultados transitados		
Reserva legal	1 150 761	1 120 715
Outras reservas	498 942	498 767
Resultados transitados	29 334	-
	<u>1 679 037</u>	<u>1 619 482</u>

21 Responsabilidades por prestação de serviços

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o valor total de ativos geridos pela Sociedade é composto como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Gestão de Patrimónios	1 397 420 947	1 537 743 067
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários	169 205 155	177 404 892
	<u>1 566 626 102</u>	<u>1 715 147 959</u>

Em 2017 a rubrica gestão de patrimónios inclui carteiras pertencentes à sociedade Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A. no valor de Euros 1.354.121.948 (2016: Euros 1.282.036.645).

Os Fundos de Investimento geridos pela Sociedade são fundos abertos de investimento mobiliários constituídos por prazo indeterminado, tendo obtido autorização legal em Portaria própria do Ministro das Finanças e por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ('CMVM').

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o valor sob gestão dos Fundos de Investimento Mobiliários é apresentado como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Valores de gestão de Fundos de Investimento Mobiliários		
Montepio Acções	11 950 876	11 912 564
Montepio Obrigações	8 299 699	7 997 668
Montepio Tesouraria	45 850 537	43 301 121
Montepio Monetário	8 564 851	10 846 877
Montepio Taxa fixa	6 599 364	6 974 289
Montepio Acções Europa	10 515 859	10 065 708
Montepio Multi - Gestão Dinâmica	6 298 864	6 618 394
Montepio Multi - Gestão Equilibrada	4 563 168	4 065 368
Montepio Multi - Gestão Prudente	4 922 636	4 351 837
Montepio Euro Utilities	9 769 674	9 956 106
Montepio Euro Telcos	5 293 842	5 800 296
Montepio Multi - Gestão Mercados Emergentes	6 790 132	6 728 622
Montepio Euro Energy	3 966 508	5 027 556
Montepio Euro Financial Services	3 138 006	3 065 763
Montepio Euro Healthcare	8 590 387	12 087 041
Montepio Monetário Plus	15 176 473	19 514 523
Montepio Capital	2 266 544	2 303 567
Montepio Acções Internacionais	2 124 924	2 295 881
Montepio Global	4 522 811	4 491 711
	<u>169 205 155</u>	<u>177 404 892</u>

22 Distribuição de resultados

Em 30 de março de 2017, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade distribuiu resultados no valor de Euros 270.240, a que corresponde um dividendo por ação de 1,126.

Em 31 de março de 2016 de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade distribuiu resultados no valor de Euros 1.300.800, a que corresponde um dividendo por ação de 5,42.

23 Benefícios aos empregados

Pensões de reforma

A Sociedade assumiu, em 22 de dezembro de 2006, o compromisso de conceder aos seus colaboradores um complemento de pensões de reforma com benefício definido.

A pensão anual é igual a 1% do salário final pensionável por ano de serviço pensionável, com o máximo de 25% do salário pensionável final.

Para a cobertura das suas responsabilidades são efetuadas contribuições para a adesão coletiva ao Fundo de Pensões Viva, o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e no qual a Sociedade participa em 3,7% (2016: 3,52%).

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Pressupostos	
	2017	2016	2017	2016
Pressupostos financeiros				
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%	.	.
Taxa de crescimento de pensões	1,00%	1,00%	Não observável	Não observável
Taxa de rendimento do fundo	2,00%	2,00%	7,63%	0,47%
Taxa de desconto	2,00%	2,00%	.	.
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação				
Tabela de mortalidade (Homens)	TV 88/90 +1	TV 88/90		
Tabela de mortalidade (Mulheres)	TV 88/90 +2	TV 88/90		
Métodos de avaliação actuarial	UCP	UCP		

A duração das responsabilidades é de 24,7 anos (2016: 25,3 anos).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões era o seguinte:

	2017	2016
Número de participantes no Ativo	10	10

As responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentados como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades - Pensões de reforma		
Pessoal ativo	1 432 795	1 294 481
	<hr/>	<hr/>
Valor do Fundo	1 464 877	1 297 229
	<hr/>	<hr/>
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas em balanço	<u>32 082</u>	<u>2 748</u>

De acordo com a política contabilística definida na nota 1 i) Benefícios aos empregados, a Sociedade procede ao cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma anualmente.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma é analisada como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
	<hr/>	<hr/>
Valores em 1 de Janeiro	1 294 481	1 195 116
Custos do serviço corrente	69 785	68 101
Custos dos juros	32 362	29 878
(Ganhos) e perdas actuariais		
Não decorrentes de alteração de pressupostos	(27 738)	(31 129)
Alteração de pressupostos	63 905	32 515
	<hr/>	<hr/>
Valores em 31 de Dezembro	<u>1 432 795</u>	<u>1 294 481</u>

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
	<hr/>	<hr/>
Valores em 1 de Janeiro	1 297 229	1 197 763
Rendimento real do fundo	99 038	5 671
Contribuições para o fundo	68 610	93 795
Valores em 31 de Dezembro	<hr/> <u>1 464 877</u>	<hr/> <u>1 297 229</u>

Os ativos do fundo de pensões são apresentados como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
	<hr/>	<hr/>
Acções	477 904	382 870
Obrigações	881 871	782 750
Imobiliário directo	43 169	43 557
Liquidez	47 269	72 943
Outros títulos de rendimento variável	14 664	15 109
	<hr/> <u>1 464 877</u>	<hr/> <u>1 297 229</u>

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2017 Euros	2016 Euros
	<hr/>	<hr/>
Alteração de pressupostos	63 905	32 515
(Ganhos) / perdas de experiência	(93 239)	(6 856)
Desvios actuariais positivos / (negativos)	<hr/> <u>(29 334)</u>	<hr/> <u>25 659</u>

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
Custos dos serviços correntes	69 785	68 101
Ganhos e perdas atuariais e financeiras	-	25 658
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(69)	(66)
	<u>69 716</u>	<u>93 693</u>

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 como segue:

	2017	2016
	Euros	Euros
No início do exercício	2 748	2 647
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	69	66
Contribuição da Sociedade	68 610	93 795
Custo do serviço corrente	(69 785)	(68 101)
Ganhos/(Perdas) financeiras	66 607	(24 273)
Ganhos/(Perdas) atuariais	(36 167)	(1 386)
No fim do exercício	<u>32 082</u>	<u>2 748</u>

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva e a uma variação negativa de meio ponto percentual no valor das responsabilidades com pensões cujo impacto é analisado como segue:

Análise de sensibilidade	2017		2016	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
	Euros	Euros	Euros	Euros
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(80 907)	86 663	(74 727)	80 097
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	45 710	(44 254)	44 518	(43 008)
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	39 871	(38 391)	34 545	(33 313)
Mortalidade (1%)	(54 967)	54 796	(51 926)	52 011

24 Transações com partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Sociedade as empresas detalhadas no quadro seguinte, o Fundo de Pensões, os membros do Órgão de Administração e os elementos chave de gestão. Para além dos membros do Órgão de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

A lista das partes relacionadas da Sociedade apresenta-se como segue:

Accionistas:

Montepio Geral Associação Mutualista
Caixa Económica Montepio Geral - caixa económica bancária, S.A.
Fundação Montepio Geral
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

Conselho de Administração:

Montepio Geral Associação Mutualista
Norberto da Cunha Félix Pilar
Mário José de Matos Valadas
José Luís Esparteiro da Silva Leitão
José António Fonseca Gonçalves

Outras Partes Relacionadas:

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.
Banco Terra, S.A.
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.
Carteira Imobiliária - Fundo Especial Investimento Imobiliário Aberto
Clínica CUF Belém, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Fimibanco Angola, S.A.
Fundo de Pensões - Montepio Geral
Fundo de Pensões Aberto Viva
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Outras Partes Relacionadas (cont.):

Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Leacock Prestação de Serviços, Lda
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional
Montepio Arrendamento II - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional
Montepio Arrendamento III - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E.
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
N Seguros, S.A.
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
Nebra Energias Renováveis, S.L.
Nova Câmbio - Instituição de Pagamento, S.A.
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Portugal Estates Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
SAGIES - Segurança e Higiene no Trabalho, S.A.
SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Ssagincensive - Sociedade de Serviços Auxiliares e Gestão de Imóveis, S.A.
Valor Prime - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto

Em 31 de dezembro de 2017 a decomposição dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas com a Sociedade é a seguinte:

	Caixa Económica Montepio Geral Euros	Montepio Crédito Euros	Futuro Euros	Lusitânia Companhia de Seguros Euros	SAGIES Srg. E higienr no trabalho Euros	Lusitânia Vida Companhia de Seguros Euros	N Seguros Euros	Montepio Valor Euros	Total Euros
Ativo									
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	86 474	-	-	-	-	-	-	-	86 474
Aplicações em outras instituições de crédito	2 359 430	-	-	-	-	-	-	-	2 359 430
Outros ativos	-	-	1 206 495	5 122	-	-	621	-	1 212 238
	<u>2 445 904</u>	<u>-</u>	<u>1 206 495</u>	<u>5 122</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>621</u>	<u>-</u>	<u>3 658 142</u>
Passivo									
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	26 167	26 167
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26 167</u>	<u>26 167</u>
Proveitos									
Juros e rendimentos similares	16 925	-	-	-	-	-	-	-	16 925
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	3 118 958	81 072	-	-	6 176	-	3 206 206
	<u>16 925</u>	<u>-</u>	<u>3 118 958</u>	<u>81 072</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6 176</u>	<u>-</u>	<u>3 223 131</u>
Custos									
Encargos com serviços e comissões	977 679	-	-	-	-	-	-	-	977 679
Gastos Gerais Administrativos	1 407	24 347	-	34 296	624	6 641	-	122 570	189 885
	<u>979 086</u>	<u>24 347</u>	<u>-</u>	<u>34 296</u>	<u>624</u>	<u>6 641</u>	<u>-</u>	<u>122 570</u>	<u>1 167 564</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a decomposição dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realiza das com partes relacionadas com a Sociedade é a seguinte:

	Caixa Económica Montepio Geral Euros	Montepio Crédito Euros	Futuro Euros	Lusitânia Companhia de Seguros Euros	Finibanco Vida Euros	Lusitânia Vida Companhia de Seguros Euros	N Seguros Euros	Montepio Valor Euros	Total Euros
Ativo									
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	76 119	-	-	-	-	-	-	-	76 119
Aplicações em outras instituições de crédito	1 202 080	-	-	-	-	-	-	-	1 202 080
Outros ativos	-	-	251 145	70 513	9 739	-	726	-	332 123
	<u>1 278 199</u>	<u>-</u>	<u>251 145</u>	<u>70 513</u>	<u>9 739</u>	<u>-</u>	<u>726</u>	<u>-</u>	<u>1 610 322</u>
Passivo									
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	26 368	26 368
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26 368</u>	<u>26 368</u>
Proveitos									
Juros e rendimentos similares	11 807	-	-	-	-	-	-	-	11 807
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	1 034 333	231 606	97 602	-	8 702	-	1 372 243
	<u>11 807</u>	<u>-</u>	<u>1 034 333</u>	<u>231 606</u>	<u>97 602</u>	<u>-</u>	<u>8 702</u>	<u>-</u>	<u>1 384 050</u>
Custos									
Encargos com serviços e comissões	1 015 225	-	-	-	-	-	-	-	1 015 225
Gastos Gerais Administrativos	72 310	24 334	-	33 914	-	6 641	-	128 674	265 873
	<u>1 087 535</u>	<u>24 334</u>	<u>-</u>	<u>33 914</u>	<u>-</u>	<u>6 641</u>	<u>-</u>	<u>128 674</u>	<u>1 281 098</u>

Os custos com as Remunerações e Outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transações efetuadas com os mesmos, constam na nota 5.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, não se efetuaram transações com o Fundo de Pensões da Sociedade.

25 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da Sociedade.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é apresentada como segue:

(Valores expressos em Euros)

	2017		
	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	818	818	818
Disponibilidades em outras instituições de crédito	86 474	86 474	86 474
Aplicações em instituições de crédito	2 359 430	2 359 430	2 359 430
Investimentos detidos até à maturidade	1 552 684	1 552 684	1 742 728
	<u>3 999 406</u>	<u>3 999 406</u>	<u>4 189 450</u>

(Valores expressos em Euros)

	2016		
	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	722	722	722
Disponibilidades em outras instituições de crédito	76 119	76 119	76 119
Aplicações em instituições de crédito	1 202 080	1 202 080	1 202 080
Investimentos detidos até à maturidade	1 550 324	1 550 324	1 732 528
	<u>2 829 245</u>	<u>2 829 245</u>	<u>3 011 449</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros da Sociedade, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2017:

(Valores expressos em Euros)

	2017				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Justo valor
Ativos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	818	-	-	-	818
Disponibilidades em outras instituições de crédito	86 474	-	-	-	86 474
Aplicações em instituições de crédito	2 359 430	-	-	-	2 359 430
Investimentos detidos até à maturidade	1 742 728	-	-	-	1 742 728
	<u>4 189 450</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4 189 450</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros da Sociedade, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2016:

(Valores expressos em Euros)

	2016				Justo valor
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	
Ativos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	722	-	-	-	722
Disponibilidades em outras instituições de crédito	76 119	-	-	-	76 119
Aplicações em instituições de crédito	1 202 080	-	-	-	1 202 080
Investimentos detidos até à maturidade	1 732 528	-	-	-	1 732 528
	<u>3 011 449</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 011 449</u>

A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.

- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, spreads, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

A Sociedade considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade; e
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;

- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação; e

- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

26 **Gestão de riscos**

A Sociedade encontra-se exposta a um conjunto de riscos que potencialmente podem afetar a sua atividade. De uma forma geral, os riscos mais significativos a que podem impactar a atividade da Sociedade são: (i) o risco de crédito, (ii) o risco de mercado, (iii) o risco de operacional e (iv) o risco de liquidez. O Conselho de Administração monitoriza de uma forma regular estes riscos, tomando as medidas que considera adequadas para a sua gestão e mitigação.

27 **Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de novembro).
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de novembro).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017.

Nenhuma destas modificações teve impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009 e 2010) introduzem novos requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros. Nesta nova abordagem, os activos financeiros são classificados e mensurados tendo por base o modelo de negócio que determina a sua detenção e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos em causa.

Foi publicada a IFRS 9 (2013) com os requisitos que regulamentam a contabilização das operações de cobertura.

Foi ainda publicada a IFRS 9 (2014) que reviu algumas orientações para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (além de participações em capital das sociedades consideradas estratégicas, alargou a outros instrumentos de dívida a mensuração ao justo valor com as alterações a serem reconhecidas em outro rendimento integral – OCI) e implementou um novo modelo de imparidade tendo por base o modelo de perdas esperadas.

A IFRS 9 será aplicável para os exercícios que se iniciem em 1 de Janeiro de 2018 (com opção para aplicação antecipada).

A Sociedade não espera impactos relevantes decorrentes da adoção desta norma.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Sociedade não espera impactos relevantes decorrentes da adoção desta norma.

IFRS 16 – Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Sociedade não antecipa impactos significativos na aplicação desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Sociedade

IFRS 14 - Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Sociedade.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Sociedade não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um activo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A Sociedade não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.

Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).

Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

28 Acontecimentos após data de balanço

Após a data de balanço e antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

ANEXO

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

1. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Montepio Gestão de Ativos – SGFI, S.A. tem por base o disposto nas seguintes fontes normativas:
 - Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho;
 - Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011;
 - Regulamento n.º 1/2010 e o novo Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2010 (“Recomendações”).
2. As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
3. O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.
4. Os membros do órgão de administração têm direito, ou não, a remuneração, consoante o que for deliberado pela Comissão de Vencimentos.
5. A remuneração dos membros do órgão de administração, quando aplicável, obedecerá, nomeadamente, aos seguintes princípios:
 - a) Enquadrar-se nas diretrizes da sociedade que foram formuladas de acordo com as práticas existentes no setor;
 - b) Ter em conta os interesses a longo prazo da Instituição, a competitividade e em consideração as práticas do mercado e equidade;
 - c) Ter em conta o nível dos resultados obtidos e de sustentabilidade no crescimento do negócio.
6. A política remuneratória dos membros do órgão de administração é a seguinte:
 - a) Remunerar o Administrador executivo e, de entre os não executivos, os que acompanhem a atividade do Conselho para além da mera participação nas suas reuniões;
 - b) Atribuir aos administradores executivos e, eventualmente aos não executivos, uma remuneração fixa, determinada em termos anuais e paga mensalmente, acrescida dos respetivos subsídios de férias (Junho) e de Natal (Novembro);
 - c) Eventualmente, atribuir uma remuneração variável que nunca poderá exceder 20% da remuneração fixa anual.
7. A sociedade não detém participações sociais em outras sociedades, não sendo, portanto, devidas remunerações por exercício de funções de gestão noutras entidades.
8. Não existem, a favor dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, sistemas de participação nos lucros, de atribuição de prémios anuais ou outros benefícios, ainda que não pecuniários.
9. A remuneração do Fiscal Único é determinada anualmente, paga em parcelas trimestrais, de acordo com as condições estabelecidas no contrato de prestação de serviços, previsto legalmente para o respetivo mandato, podendo ser atualizada anualmente através de acordo escrito.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 5.401.116 euros e um total de capital próprio de 4.524.227 euros, incluindo um resultado líquido de 1.645.190 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.





Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

26 de Junho de 2018

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)

PARECER DO CONSELHO FISCAL AO EXERCÍCIO DE 2017

1. O Conselho Fiscal nos termos regulamentares e das suas competências estatutárias apreciou o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 da Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. preparados pelo Conselho de Administração e a Certificação Legal das Contas elaborada pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (“KPMG”), emitidos sem reservas nem ênfases.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a preparação do Relatório de Gestão e Contas, elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, nomeadamente a respectiva versão final aprovada pelo Conselho de Administração. Para a preparação do parecer, o Conselho Fiscal reuniu com o Conselho de Administração, com o Administrador Executivo e com o responsável pela Área de Operações/ “Back Office” e com o Revisor Oficial de Contas, tendo solicitado todas as informações e esclarecimentos que considerou relevantes para dar cumprimento às normas legais e estatutárias aplicáveis.
3. Os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira e dos resultados da Sociedade e que o Relatório de Gestão e Contas contém uma descrição do negócio e dos riscos associados mais relevantes para a Sociedade.
4. Em resultado dos trabalhos efectuados, o Conselho Fiscal concorda com o teor da Certificação Legal das Contas elaborado pela KPMG, e dá parecer favorável ao Relatório de Gestão e Contas da Sociedade do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, aprovados em 22 de fevereiro de 2018, pelo Conselho de Administração.

5. Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. aprove:

- a. O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;
- b. A proposta do Conselho de Administração da transferência do resultado líquido positivo apurado relativo ao exercício de 2017, no montante de 1.645.189,70 euros, da seguinte forma:

Para reservas legais	164.518,97 euros
Para outras reservas	2.270,73 euros
Para dividendos	1.478.400,00 euros

Lisboa, 26 de Junho de 2018



Pedro Alexandre da Rosa Corte Real (Presidente)



António Dias Sequeira (Vogal)



Rui Manuel Sainhas de Oliveira (Vogal)